

Minas abre PPP para penitenciária

Complexo com 3 mil vagas em Ribeirão das Neves será construído em 24 meses

Já está à disposição dos interessados a consulta pública para a Parceria Público-Privada (PPP) do Sistema Penitenciário em Minas Gerais, iniciativa inovadora do Governo de Minas para a construção de um complexo penitenciário com três mil vagas. Ontem, a proposta governamental foi apresentada, no auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a grupos de empresários, autoridades do setor da segurança pública de Minas e outros Estados e jornalistas.

A consulta à minuta do edital pode ser feita por meio dos endereços eletrônicos www.ppp.mg.gov.br e www.desenvolvimento.mg.gov.br, nos quais os interessados poderão apresentar sugestões e propostas.

A solenidade foi presidida pelo vice-governador Antonio Augusto Anastasia, com a participação dos secretários de Estado de Defesa Social, Maurício Campos Júnior, e de Desenvolvimento Econômico, Márcio Lacerda. “O Tesouro do Estado não tem condições de fazer esse investimento em tão curto espaço de tempo. Em parceria com a iniciativa privada, teremos condições de receber imediatamente essas três mil vagas e pagar no prazo de 17 anos”, afirmou o vice-governador.

De acordo com ele, o volume de recursos exigidos para um complexo desse porte é muito alto e os modelos de PPP no setor prisional, já em prática em outros países, principalmente na Inglaterra, onde o sistema teve origem, são uma comprovação do êxito da iniciativa.

“O projeto é singular e consolida uma tendência do governo mineiro de gestão em busca de resultados eficazes e eficientes na administração pública, o que inclui o sistema prisional, que vem recebendo investimentos que tornaram Minas Gerais o Estado brasileiro que mais investe em segurança pública”, ressaltou Anastasia.

Proposta

A minuta de edital da PPP do Sistema Penitenciário proposta pelo Governo de



Empresários e autoridades da área de segurança de Minas Gerais e de outros estados participaram da solenidade de lançamento

Minas estará sob consulta pública por 64 dias. A partir daí, será aberta licitação, de acordo com os parâmetros legais. A expectativa é de que até o final deste ano, o processo licitatório seja concluído, momento em que o vencedor terá 24 meses para construir a unidade prisional, em projeto arquitetônico livre, ressalvadas as exigências da Lei de Execuções Penais.

A remuneração do parceiro privado será feita por vaga disponibilizada e ocupada. O custo por preso será no máximo de R\$ 2,1 mil. Além disso, a remuneração também será feita pelas oportunidades de ressocialização produtiva, que inclui capacitação profissional e

estudo para os detentos. A concessão administrativa será de 27 anos

De acordo com o projeto, o parceiro privado cuidará da administração e da segurança interna, com agentes desarmados, e, ao Estado, caberá a segurança externa e escolta dos presos, incluindo a indicação de diretor de segurança. Durante o período de consulta pública, os interessados poderão avaliar e discutir a proposta e oferecer sugestões para aprimorá-la.

O complexo prisional terá capacidade para três mil vagas, em terreno da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), em Ribeirão das

Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). As vagas serão distribuídas em unidades, que terão capacidade para abrigar entre 200 e 600 detentos. O início das obras está previsto para 2009, com duração de 24 meses.

A empresa deverá oferecer um sistema seguro e eficiente de segurança, além de condições favoráveis para a ressocialização dos presos. Para estimular os bons resultados, o governo concederá prêmio por excelência no valor máximo de 1,5% do pagamento mensal. O repasse anual será no máximo de R\$ 78 milhões.

Sistema reduz custos, amplia vagas e melhora atendimento

A inovação do modelo é a criação de mecanismo de controle que permita ao governo acompanhar a gestão do complexo. O resultado alcançado pelo parceiro privado em diversos indicadores de qualidade vai definir a remuneração. Caso não alcance a pontuação estabelecida em algum dos indicadores, o repasse dos recursos será reduzido.

Para o secretário Maurício Campos Júnior, este mecanismo permitirá a aferição da qualidade do serviço e também propiciará ao parceiro o interesse em manter elevado o padrão e a qualidade dos serviços, de forma a garantir a viabilidade do seu empreendimento.

O secretário de Defesa Social reafirmou

que a Parceria Público-Privada traz vantagens para o sistema prisional, como a redução dos custos, ampliação do sistema prisional e melhoria no padrão de serviço.

A expectativa do governo mineiro é de que a PPP do Sistema Penitenciário concretize este modo de contratação como alternativa viável para a utilização racional dos serviços públicos, com melhores serviços para a população e consolidação de ambiente propício para investimentos em Minas Gerais

Novos projetos

Logo após a solenidade, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Márcio Lacerda, anunciou os novos projetos de PPP previstos para 2008, lembrando que “a par-

ceria com a iniciativa privada é sem volta”.

“Não há como o Estado construir tudo sozinho, os recursos não são suficientes. Além da transparência, o sistema é de governança compartilhada”, explicou, para informar que ainda em janeiro será anunciado o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para 16 lotes de rodovias. O objetivo é estimular a iniciativa privada a participar da estruturação dos projetos de concessão de sete mil quilômetros de rodovias mineiras. Serão ofertados ao mercado 16 lotes de estradas estaduais e federais (em processo de transferência ao Estado), que poderão ser licitados através da concessão comum ou da PPP.

Márcio Lacerda reiterou que Minas

Gerai adotou a alternativa de parcerias com a iniciativa privada para garantir agilidade e qualidade em setores, onde a ação do Estado pode ser restringida.

Os novos projetos que deverão ser anunciados em 2008 são o da implantação e gestão das unidades de atendimento integrado (UAI) ao cidadão; o do campus da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG); o da expansão do metrô de Belo Horizonte; irrigação das glebas 3 e 4 do Jaíba; e o projeto de irrigação do rio Jequitaiá, no Norte do Estado. Antes da PPP do Sistema Penitenciário, foi lançado o projeto PPP da Rodovia MG-050, cujas obras estão em fase avançada de execução.